

INDICAÇÃO DE LECTURA



O QUE É MATERIALISMO DIALÉTICO?

Edgard Malagodi.
São Paulo.
Brasiliense, 1988
(Coleção Primeiros Passos nº 206)
85 pp.

A série "Coleção Primeiros Passos" da Editora Brasiliense lança mais um título **O que é materialismo dialético?**, que complementa os volumes dedicados ao **Marxismo** (José Paulo Netto), **Dialética** (Leandro Konder), **Ideologia** (Marilena Chauí) e outros. Na verdade a teoria de

Marx tem representado sempre um grande desafio a quem empreende a tarefa de "trocar em miúdos" o "fetichismo da mercadoria", a teoria do valor ou seu método histórico-dialético. Poucas são as tentativas exitosas, como a de Carlo Cafiero ("O Capital" - Uma leitura popular. Pólis, 1980), que mereceu a aprovação do próprio Marx. Mais comuns e conhecidas são as tentativas desastrosas de Bukharin, Stalin, Politzer e, mais recentemente Marta Harnecker, em geral, marcadas pelo evolucionismo naturalista e pelo positivismo de seus autores, quando não por um esquematismo árido e anti-dialético.

Tratando Marx, inseparavelmente, como cientista e revolucionário, o texto destaca a universalidade dos interesses do proletariado. Também o materialismo dialético não despreza as outras esferas do social, dando importância exclusiva ao aspecto **material**. Fica claro que o elemento material é tão importante justamente pelo fato de se manifestar nas outras esferas, estas não menos importantes da realidade social. Há uma diferença profunda entre dizer que a superestrutura reflete as condições materiais da produção da vida material e dizer, por exemplo, que só o elemento material é que interessa, e dele deduzir todo o resto.

O texto esclarece que não é a religião em si, que é alienada, mas a realidade que a produz. Marx não critica a religião "em si mesma", mas a crítica a esta tem que ser uma crítica à própria realidade que a produz. Não existe, portanto, para Marx nenhuma crítica da religião, se esta não se dirige, primordialmente, às relações sociais vigentes. A linguagem é acessível, mas não dispensa um mínimo de familiaridade com o tema. Aliás, o autor viu aí um limite claro: de nada adiantaria simplificar em demasia a linguagem, sacrificando o conteúdo. O mais importante, do ponto de vista do leitor, é que as idéias estão expostas de uma forma clara e coerente, e isso é fundamental. O texto leve, e rico em figuras, prende a atenção do leitor.

Os estudantes em geral encontrarão neste pequeno livro não apenas muitos elementos capazes de despertar o interesse para o conjunto da obra de Marx, como também o esclarecimento sobre pontos que, em geral, não ficam completamente esclarecidos em seus cursos universitários ou leituras correntes. Também para militantes e movimentos de base o livro será de muita utilidade. Uma questão que talvez pudesse ter merecido uma exposição mais ampla seria a questão da dialética em Hegel e Marx. **(Por Wanderluce P. Bison).**



POLÍTICA HABITACIONAL NO REGIME MILITAR DO MILAGRE BRASILEIRO À CRISE ECONÔMICA

Ermínia Maricato
Petrópolis.
Vozes, 1987. 96 pp.

O livro aborda os interesses que se articularam para definir a política habitacional no período que compreende o auge e a decadência do Regime Militar (1970/80).

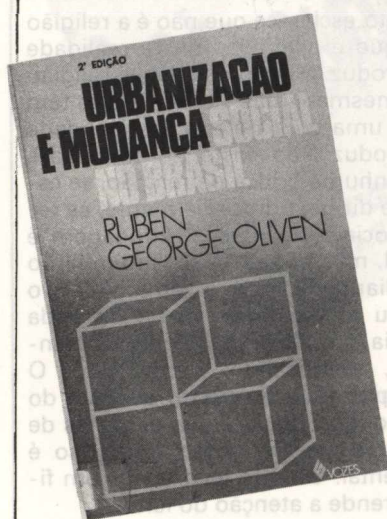
Analisa a forma como o Estado atua, em perfeita harmonia com os interesses do capital imobiliário, sobretudo as grandes empresas de construção pesada, que incluem empresas internacionais fornecedoras de equipamentos para transporte, energia, saneamento, etc, e o setor de edificações, que, em última instância, são as forças que interferem na definição das políticas da habitação, via BNH e SFH.

Através do esquema - Espaço da acumulação e espaço da miséria - demonstra que, na medida em que o Estado fortalece o mercado imobiliário, e a indústria de construção, viabilizando, num primeiro momento, a provisão de habitações para a classe média e alta e deixa de dirigir-se à população de bai-

xa renda, propicia o surgimento do reverso da moeda: o espaço da ilegalidade, dos loteamentos clandestinos, das favelas, dos cortiços.

A convivência do Estado com a situação de irregularidade e ilegalidade da maioria das habitações populares é entendida no âmbito maior do modo de produção capitalista. O processo de autoconstrução na periferia das cidades, feito com grandes sacrifícios e sobretrabalhos, subtrai do custo de reprodução da força de trabalho um item que pesa sobremaneira: os gastos com a moradia.

Aborda, finalmente, a tentativa de correção da política anterior, através do revigoramento das COHABS e a orientação para uma política de provisão de habitações populares, o que, contudo, não minorou o problema habitacional e urbano da população de baixa renda. **(Por Wanderluce P. Bison).**



**URBANIZAÇÃO
E MUDANÇA SOCIAL
NO BRASIL**

Ruben George Oliven
Petrópolis,
Vozes, 1982, 2ª Ed.
136pp.

Fundamentado, por uma parte, em pesquisa empírica realizada na grande Porto Alegre-RS e, por outra, em autores da envergadura de

K. Marx e de M. Weber, Ruben George Oliven inicia sua tese de doutorado defendida pela Universidade de Londres (e depois reescrita em forma de livro) analisando "os diferentes enfoques sob os quais a cidade é estudada sociologicamente" (capítulo I).

Após esse marco teórico, passa a criticar vigorosamente os pressupostos que constituem a base da "ideologia da modernização", polemizando e confrontando-se com diversos estudiosos do tema (capítulo II).

Descreve, em seguida, as implicações sócio-culturais da urbanização na América Latina, aprofundando o tema da marginalidade urbana neste continente pontilhado de cidades "caóticas" e "inchadas", em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais (capítulo III).

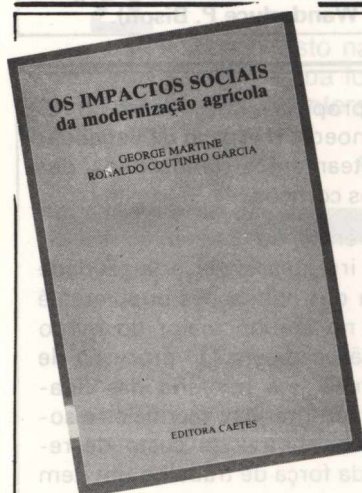
Retomando hipóteses levantadas na parte teórica do estudo (primeiros três capítulos), o autor principia a testá-las empiricamente ao analisar o processo de urbanização brasileiro, a partir de uma pesquisa efetuada em Porto Ale-

gre. Seu objetivo é verificar "as transformações que estão ocorrendo no Brasil devido ao, ou começando com o desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial capitalista e discutir como estas mudanças afetam diferentes classes sociais". (capítulo IV).

O processo de urbanização e industrialização aceleradas tende a acentuar a homogeneização dos migrantes que acorrem em massa à cidade ou, ao contrário, a torná-los ainda mais diferenciadamente heterogêneos? Esta questão é debatida no capítulo V, onde o autor postula e defende a ocorrência de ambas as tendências de forma simultânea e complementar.

O sexto e último capítulo aprofunda o tema "classe e cultura" em cidades brasileiras, concretizando a análise em assuntos vitais para a população migrante, tais como trabalho, habitação, saúde, etc.

Vale ressaltar, por fim, a preocupação de Ruben G. Oliven em fundamentar o trabalho em raízes histórico-estruturais, bem como seu enfoque acentuadamente cultural (sem jamais cair no culturalismo, atitude que combate com energia). **(Por Alfredo J. Gonçalves)**



**OS IMPACTOS SOCIAIS
DA MODERNIZAÇÃO
AGRÍCOLA.**

George Martins e
Ronaldo Coutinho Garcia
(organs.) São Paulo,
Editora Caetés, 1987. 271 pp.

Trata-se de uma coletânea que procura verificar as consequências sociais das mudanças recentes no campo, enfatizando a experiência dos dois estados mais afetados pela modernização agrícola, São Paulo e Paraná. Na década de 70 a agricultura brasileira sofre o impacto de duas revoluções: a mecânica (máquinas agrícolas e tratores) e a química, também chamada de "Revolução Verde", que consiste na utilização de insumos e defensivos agrícolas.

O modelo da modernização agrícola foi concebido na cidade, atendendo interesses de determinados setores da sociedade urbana, nacional e transnacional.

A industrialização da agricultura acarretou diversas mudanças. Há um crescimento das culturas dinâmicas (soja, trigo, cana-de-açúcar) em detrimento de culturas alimentares (arroz, feijão,

mandioca). Isto, sem dúvida, afeta a oferta de alimentos.

Ao mesmo tempo que ocorre um aumento da concentração fundiária no Brasil, há uma desestruturação da pequena produção. Cresce a sazonalidade do emprego agrícola e proliferam diversas formas de trabalho temporário.

Na década de 70-80, 16 milhões de pessoas saem do campo, indo se concentrar em cidades cada vez maiores. Nestas o crescimento industrial não absorve as levas de migrantes, jogando-os num terciário marginal. A fronteira agrícola tem sido um dos destinos da população rural expulsa pela modernização agrícola, porém não tem oferecido condições para a fixação da população. Além destas consequências a modernização agrícola tem causado sérios danos, tais como: contaminação da população rural, de alimentos, poluição ambiental, evasão e degradação do solo **(Por Marilda A. Menezes)**.